

Cristina Gonçalves
Dolores Santos

José Rodrigo
Sant'Ana Fernandes

Relato Financeiro

INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE

2ª Edição

Nota de Apresentação

António Domingues de Azevedo

Prefácio

Vitor Neto

**Manual prático para a
elaboração e análise das
demonstrações financeiras**

- > Enquadramento contabilístico das empresas
- > Conceitos contabilísticos
- > Os elementos das demonstrações financeiras
- > Análise dos dados económicos e financeiros
- > + de 100 exemplos

VidaEconómica

ÍNDICE

Apresentação	17
Prefácio	19
Introdução	21
Capítulo I	
1 – Enquadramento	25
1.1 – Tipologias das entidades	25
1.2 – A contabilidade	31
1.3 – Referenciais contabilísticos	33
1.4 – Enquadramento contabilístico das entidades empresariais	38
1.4.1 – Indicadores	38
1.4.2 – Aplicação dos indicadores	41
2 – A divulgação dos resultados da atividade empresarial	49
3 – O património	55
3.1 – Conceitos	55
3.2 – Classificação	61
3.3 – Mensuração	65
3.4 – Políticas contabilísticas	69
4 – Operações empresariais	70
4.1 – Fluxos reais e monetários	71
4.2 – Modificações do património	75
4.2.1 – Operações com impacto qualitativo ou permutativo	75
4.2.2 – Operações com impacto quantitativo ou modificativo	80
Capítulo II	
1 – As demonstrações financeiras	91
1.1 – Introdução	91

1.2 – Prestação de contas	96
1.3 – Pressupostos na elaboração das demonstrações financeiras.....	99
1.3.1 – Regime de acréscimo	100
1.3.2 – Continuidade	102
2 – Balanço	104
2.1 – Introdução	104
2.2 – Ativos	109
2.2.1 – Ativos fixos tangíveis	110
2.2.2 – Propriedades de investimento	124
2.2.3 – Ativos intangíveis	126
2.2.4 – Investimentos financeiros	128
2.2.5 – Acionistas e sócios	131
2.2.6 – Inventários	133
2.2.7 – Clientes	151
2.2.8 – Adiantamento a fornecedores	152
2.2.9 – Estado e outros entes públicos.....	155
2.2.10 – Outras contas a receber	156
2.2.11 – Diferimentos	157
2.2.12 – Outros ativos financeiros	159
2.2.13 – Caixa e depósitos bancários	161
2.3 – Passivos.....	162
2.3.1 – Provisões	162
2.3.2 – Financiamentos obtidos	166
2.3.3 – Outras contas a pagar	168
2.3.4 – Fornecedores.....	169
2.3.5 – Adiantamento de clientes	170
2.3.6 – Estado e outros entes públicos.....	172
2.3.7 – Acionistas/sócios.....	173
2.3.8 – Diferimentos.....	174
2.3.9 – Outros passivos financeiros.....	175
2.4 – Capital Próprio	176
2.4.1 – Capital realizado	176
2.4.2 – Ações /quotas próprias.....	178
2.4.3 – Outros instrumentos de capital próprio	178
2.4.4 – Prémios de emissão	179
2.4.5 – Reservas legais	180
2.4.6 – Outras reservas	182

2.4.7 – Resultados transitados	183
2.4.8 – Excedentes de revalorização	185
2.4.9 – Outras variações no capital próprio	186
2.4.10 – Resultado líquido do período	189
3 – Demonstração dos resultados	189
3.1 – Introdução	189
3.2 – Vendas e serviços prestados	191
3.3 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	193
3.3.1 – Enquadramento	193
3.3.2 – Custo das mercadorias vendidas	196
3.3.3 – Apuramento do custo de produção	198
3.3.4 – Variação nos inventários de produção	202
3.4 – Subsídios à exploração	209
3.5 – Trabalhos para a própria entidade	211
3.6 – Fornecimentos e serviços externos	214
3.7 – Gastos com o pessoal	215
3.8 – Ajustamento de inventários (perdas/reversões)	217
3.9 – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	219
3.10 – Provisões (aumentos/reduções)	220
3.11 – Outras imparidades (perdas/ reversões)	221
3.12 – Aumentos/reduções de justo valor	221
3.13 – Outros rendimentos e ganhos	223
3.14 – Outros gastos e perdas	224
3.15 – Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	225
3.16 – Gastos/reversões de depreciação e de amortização	226
3.17 – Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	228
3.18 – Juros obtidos / suportados	228
3.19 – Resultado antes de impostos	230
3.20 – Resultado líquido do período	230
3.20.1 – Imposto sobre o rendimento	230
3.20.2 – Resultado líquido do período	238
4 – Demonstração dos fluxos de caixa	239
4.1 – Introdução	239
4.2 – Fluxos por atividades	240
4.2.1 – Fluxos de caixa das atividades operacionais	241

4.2.2 – Fluxos de caixa das atividades de investimento	244
4.2.3 – Fluxos de caixa das atividades de financiamento	246
5 – Interligação entre as demonstrações financeiras.....	250
6 – Características qualitativas das demonstrações financeiras	251
6.1 – Compreensibilidade	252
6.2 – Relevância	253
6.3 – Fiabilidade	254
6.4 – Comparabilidade	258

Capítulo III

1 – Como interpretar a informação contabilística.....	263
1.1 – Introdução.....	263
1.2 – A função financeira.....	266
1.3 – A análise financeira.....	267
1.3.1 – Técnicas de análise.....	268
1.3.2 – Limitações das técnicas de análise	273
1.4 – A análise do balanço.....	273
1.4.1 – Ciclos da empresa.....	275
1.4.2 – Regra do equilíbrio financeiro mínimo	282
1.4.3 – Balanço funcional.....	284
1.5 – A análise da demonstração dos resultados	293
1.5.1 – Elementos da demonstração dos resultados por naturezas... 293	
1.5.2 – Valor Acrescentado Bruto (VAB)	296
1.5.3 – Autofinanciamento.....	299
1.6 – Análise dos fluxos de tesouraria.....	300
1.7 – Análise por rácios	305
1.7.1 – Rácios de estrutura do ativo.....	305
1.7.2 – Rácios financeiros	307
1.7.3 – Rácios de rendibilidade.....	310
1.7.4 – Rácios de funcionamento.....	312
1.7.5 – Análise combinada dos rácios.....	313

Aplicação

1 – A empresa.....	317
2 – Dados do património e das operações (ano 20x3)	317
3 – Resolução.....	320
3.1 – Demonstrações financeiras.....	320
3.1.1 – Demonstração dos resultados.....	320

Índice

3.1.2 – Balanço.....	322
3.1.3 – Demonstração dos fluxos de caixa	326
3.2 – Análise das demonstrações financeiras.....	328
3.2.1 – Metodologia	328
3.2.2 – Análise económica	331
3.2.3 – Análise financeira.....	344
3.3 – Relatório da análise económica e financeira.....	365
Bibliografia	369
Anexos	371

APRESENTAÇÃO

Os últimos tempos, com um conjunto de desafios para os quais, em bom rigor, não estava devidamente preparado.

O tempo, demasiado longo, em que a economia viveu isolada à sombra de teorias protecionistas, hoje perfeitamente inconcebíveis, não propiciou a necessária preparação ao tecido empresarial português para a vivência num mercado onde a competitividade é regra fundamental.

Para sobreviver neste universo competitivo, é fundamental a existência de uma organização contabilística que, em tempo útil, forneça elementos indispensáveis para as tomadas de decisão, quer no domínio dos atos comerciais quer quanto às estratégias em que as empresas devem fundamentar e orientar a sua vivência.

Não obstante, a pretexto da necessidade de redução de gastos, assistimos, nos últimos tempos, a tentativas desmerecedoras da importância e do papel que a Contabilidade tem a desempenhar na sustentação e evolução económica das empresas. Mas não tenhamos dúvidas: ela ainda é o meio que melhor explicita a evolução empresarial, fornecendo informação imprescindível para compreender o passado, sustentar o presente e preparar o futuro das entidades.

As potencialidades da Contabilidade nem sempre foram orientadas naquele sentido e, na comodidade que o protecionismo económico propiciou ao tecido empresarial, ressalvadas algumas felizes exceções, foi vista mais numa ótica de responder às obrigações declarativas tributárias e não como uma ferramenta fundamental para a construção de informação para as tomadas de decisão.

Criou-se, assim, uma espécie de «ciência tabu», dominada apenas pelos profissionais, usando termos e definições técnicas que dificilmente eram compreendidas pelos empresários e sociedade em geral.

A abolição das barreiras alfandegárias, com a criação do espaço livre europeu, veio alterar a comodidade que o protecionismo económico propiciava, colocando sérios desafios ao tecido empresarial português.

Desde logo, pela necessidade de um conhecimento mais sustentado quanto aos gastos dos seus produtos, o que obrigou a repensar o processo organizacional e contabilístico, de forma a responder às prementes necessidades de sobrevivência das empresas.

Uma maior consciência do papel social das entidades aportou um conjunto de necessidades informativas, nomeadamente quanto à sua continuidade, ganhando maior relevância a informação económica e financeira.

A revolução operada na Contabilidade, com a introdução de novos conceitos e valores emergentes do Sistema de Normalização Contabilística, (SNC), para além de equacionar o seu papel, veio atribuir-lhe uma acentuada flexibilidade no sentido de a adaptar, com maior rigor, às novas exigências dos mercados e das necessidades de refletir, de forma mais fiável, a realidade patrimonial do universo empresarial.

O presente livro «Relato Financeiro. Interpretação e Análise», extravasa em larga escala a sua denominação, procurando, de forma simples e eficaz, um diálogo de grande compreensibilidade dos temas, técnicas e objetivos que se propõe atingir. O método utilizado ajuda a afastar os fantasmas da tecnicidade, tornando familiar o que, de outra forma, seria mais difícil de entender.

A utilização das peças tradicionais das demonstrações financeiras e, a partir delas, a construção dos seus fundamentos, princípio e destino, é algo que foge ao método tradicional de abordar estas questões, conseguindo-se uma mais acentuada compreensão das temáticas abordadas. Ou seja, está bem vincado o esforço de introdução das preocupações de índole científica com a sua aplicação prática, o que, em minha opinião, acaba por ser muito bem conseguido.

Outra coisa não seria de esperar, atento o vastíssimo currículo dos autores. A ciência contabilística e os que se preocupam com a sua aplicação têm ao seu dispor uma importante ferramenta que propicia uma maior compreensibilidade das demonstrações financeiras, constituindo-se também como um importante guia para a sua elaboração.

Todos nós, que gostamos da Contabilidade e que com ela lidamos diariamente, temos uma dívida de gratidão para com os autores desta obra, pois ela enriquece o saber de quem a estuda e de quem a aplica.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2012

A. Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Professor Especialista Honoris Causa pelo IPL

PREFÁCIO

Conhecer mais, gerir melhor

Como empresário, penso e defendo há muitos anos que um dos instrumentos fundamentais para o sucesso de qualquer empresa é o conhecimento rigoroso e em tempo útil de tudo o que nela se passa, a começar pela utilização dos recursos existentes, nomeadamente as suas movimentações financeiras. Só assim se pode ter o pulso da empresa, se podem conhecer os seus resultados reais e ter o controlo da sua atividade específica. E só assim se pode prever e perspetivar a atividade futura. É a contabilidade, nas suas vertentes financeira, de gestão e orçamental que nos dá a possibilidade de aceder a estas ferramentas de comando realista e responsável da nossa empresa, seja ela pequena ou grande, micro ou média.

Os problemas da gestão contabilística da empresa não podem ser vistos pelos empresários como um peso e um encargo que se respeita sobretudo para «cumprir a lei», deixando o assunto para os técnicos e especialistas. Apesar de em geral se sentirem menos motivados para se interessarem por esta área, subestimá-la constitui um erro que pode custar caro.

Os empresários não têm de ser especialistas dos vários segmentos da contabilidade. Mas, sobretudo quando detentores de parte relevante do capital da empresa, têm todo o interesse em conhecer, em cada momento, o seu «estado». Têm que a qualquer momento poder solicitar aos responsáveis os elementos contabilísticos necessários a uma boa gestão ou para intervenções rápidas de resposta a situações negativas imprevistas.

E isso só se consegue com contabilidade rigorosa. É ela que permite o conhecimento dos dados mais relevantes, e garante a transparência, avaliação de custos e certificação de rentabilidade, em tempo útil, isto é, um conjunto de elementos

que permita corrigir erros, conhecer prejuízos ou desperdício de recursos, desvios de estratégia. É ela que fornece os elementos fundamentais para discutir também com os parceiros do dia a dia - clientes e fornecedores, bancos e Estado.

Por isso, os empresários têm todo o interesse em conhecer os conceitos, a estrutura e os elementos base que permitem «ler», compreender e analisar a informação contabilística da sua empresa. É uma vantagem competitiva forte, de que nenhum empresário deve prescindir.

O livro que aqui se apresenta – fruto do conhecimento profundo e larga experiência dos seus autores (algarvios) também na relação com empresários – é um instrumento que pode ajudar muitos colegas a entrar numa área de conhecimento em geral pouco aliciante.

Mas vale a pena. Trata-se de uma obra importante, bem construída, pensando também nos empresários, que une o rigor dos conceitos à simplicidade da linguagem e, graças aos muitos exemplos práticos, torna a sua compreensão fácil e rápida. Espero que os empresários do Algarve saibam aproveitar.

Vítor Neto

Presidente do NERA – Associação Empresarial
da Região do Algarve

INTRODUÇÃO

A elaboração do presente livro tem a sua génese na experiência adquirida pelos autores quer na sua atividade de consultadoria empresarial, quer no âmbito da sua atividade de formação e ensino. A preocupação central foi fazer uma abordagem da contabilidade na dupla perspetiva da compreensibilidade e da utilidade.

Utiliza-se a nomenclatura contabilística de forma inteligível sem, contudo, evitar o código linguístico específico, utilizado pela contabilidade no processo de comunicação. Compreender a linguagem contabilística amplia as competências necessárias à gestão das empresas e facilita a comunicação entre os diferentes, e heterogéneos, atores que interna ou externamente, são indispensáveis à prossecução dos objetivos empresariais.

Utilizou-se como referência o normativo contabilístico aplicável às pequenas entidades, pela sua maior simplicidade, sem contudo deixar de integrar os principais instrumentos do Sistema de Normalização Contabilística.

O presente livro tem como objetivo apresentar de forma compreensível as demonstrações financeiras mais comuns, as suas rubricas, conteúdos e técnicas de análise para a sua interpretação. Para tal recorre-se a esquemas ilustrativos, assim como exemplos, quer para a linguagem, quer para os conceitos, respeitando o rigor técnico que esta matéria exige.

Atendendo ao objetivo definido, o livro está organizado em quatro capítulos. No primeiro são apresentados os diversos enquadramentos contabilísticos que juridicamente são aplicáveis às diversas entidades; no segundo capítulo são explicadas as demonstrações financeiras; no terceiro é exposto um conjunto de instrumentos de análise que permitem a elaboração de diagnósticos sobre a situação económico-financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro. No quarto e último capítulo é apresentada uma aplicação

que exemplifica de um modo integrado as matérias apresentadas nos capítulos anteriores.

Acreditamos que este livro pode ser um instrumento útil para todos aqueles que necessitam, ou pretendam, perceber a contabilidade, quer como académicos no seu processo educativo, quer como empresários para as suas tomadas de decisão, quer para todos aqueles que carecem de compreender a linguagem das demonstrações financeiras.

CAPÍTULO I

1 - ENQUADRAMENTO

O conceito de empresa pode ser formulado segundo diferentes perspetivas valorizando alguns aspetos específicos, designadamente a forma jurídica, a atividade económica, a função social, entre outros. Para os efeitos que pretendemos expor, pode-se entender por empresa qualquer entidade que possua um conjunto organizado de meios, com vista a exercer uma atividade económica. Esta atividade pode traduzir-se na transação e/ou na produção de bens e/ou serviços, com o objetivo de atender a alguma necessidade humana.

1.1 - TIPOLOGIAS DAS ENTIDADES

Como referimos, as empresas podem ser classificadas com base num conjunto variado de critérios.

De uma forma sintética iremos abordar algumas das tipologias mais utilizadas no contexto dos temas contabilísticos e financeiros:

- ⇒ **Quanto à forma jurídica** - corresponde à forma legal pela qual os promotores ¹ optaram por desenvolver a sua atividade, que pode ser exercida individualmente ou associando diversos indivíduos, pessoas físicas ou jurídicas - sociedades ou outras entidades coletivas:

1 - Os promotores correspondem aqueles que tiveram a iniciativa do negócio e desenvolvem os procedimentos necessários para a sua concretização.

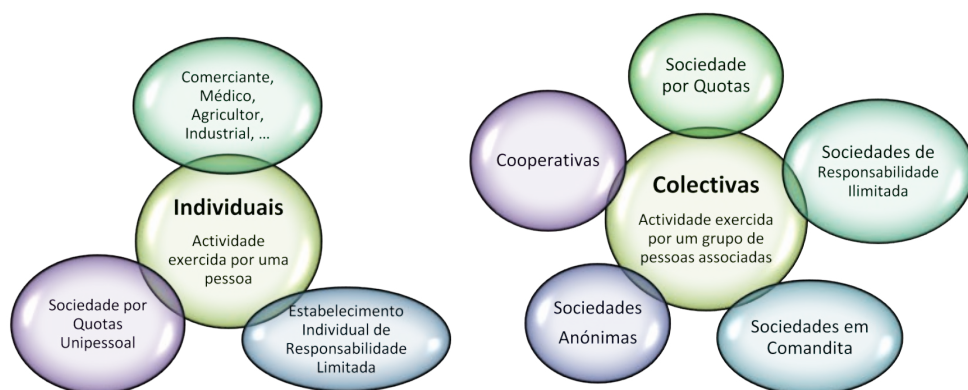


Figura n.º 1 – Formas jurídicas de exercer a atividade empresarial

- **Individualmente** - os empresários podem trabalhar a título individual, como comerciantes, prestadores de serviços ou industriais ou constituir uma “sociedade” sob a forma de Sociedade por Quotas Unipessoal ou como Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada;
 - **Coletivamente** - diversos indivíduos (pessoas físicas ou jurídicas) podem ser promotores de uma atividade económica e organizar-se sob uma das formas previstas quer pelo Código das Sociedades Comerciais, quer do Código Cooperativo, quer por outra legislação própria. As formas mais comuns de associação são as Sociedades por Quotas (que exigem no mínimo duas pessoas) ou as Sociedades Anónimas, que exigem cinco ou mais pessoas, havendo no entanto exceções a essa regra.
- ⇒ **Quanto à titularidade ou propriedade** - a propriedade das empresas advém normalmente da titularidade total ou maioritária do seu capital social, podendo-se classificar em titularidade pública, aquelas em que o Estado detém a totalidade ou maioria desse capital ou de titularidade privada, quando são os privados que detêm essa maioria.

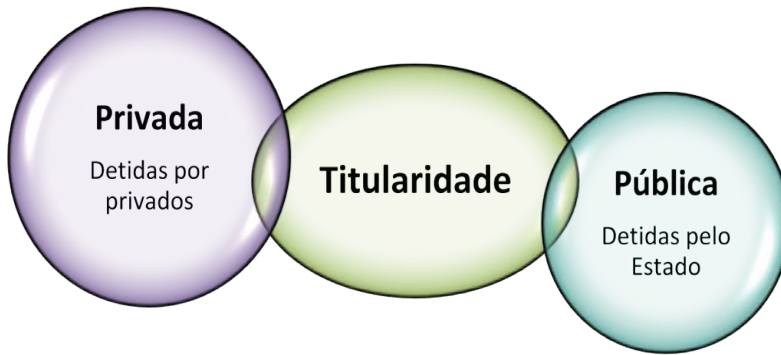


Figura n.º 2 – Classificação das entidades em função da sua propriedade

As empresas públicas são entidades cujas orientações estratégicas são determinadas pelo Estado. O poder de exercer uma influência dominante na gestão das empresas pode advir da propriedade da totalidade ou da maioria do capital, de direitos especiais consagrados nos estatutos das entidades ou de legislação específica.

Constitui o setor público empresarial, o conjunto das empresas públicas, empresas municipais e as sociedades de capital exclusiva ou maioritariamente público.

Temos diversos exemplos de empresas públicas como a TAP – Transporte Aéreos de Portugal, RTP - Rádio e Televisão de Portugal e a CP - Caminhos de Ferro Portugueses.

Em países com economia de mercado, uma larga maioria das empresas têm natureza privada.

⇒ **Quanto ao setor económico** ou seja o tipo de bem ou serviço que vendem ou prestam:

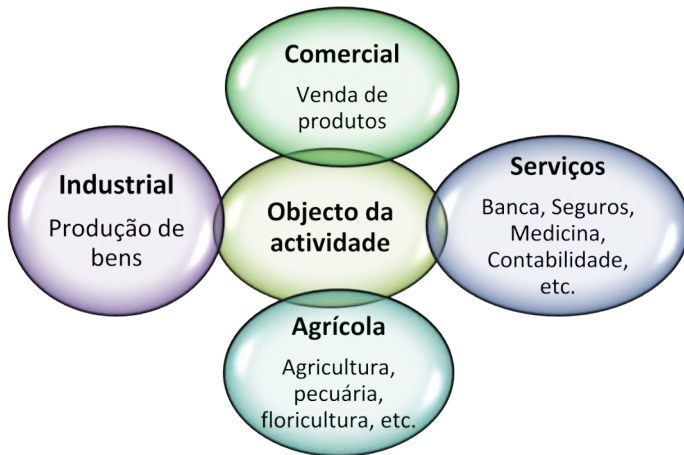


Figura n.º 3 – Classificação das entidades em função do objeto da sua atividade

⇒ **Quanto ao fim** que prosseguem (está relacionado com o objetivo para que foram constituídas):

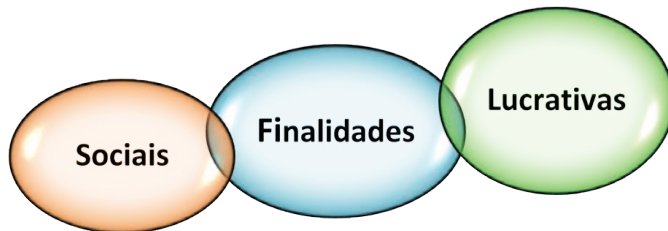


Figura n.º 4 – Classificação das entidades em função da sua finalidade principal

Inserem-se no setor social (ou terceiro setor com é muitas vezes referido) quando o objetivo é servir a comunidade. Estas entidades constituem-se, em regra em cooperativas, associações (por exemplo a Associação de Bombeiros Voluntários) ou outras formas permitidas pela legislação portuguesa.

As atividades lucrativas, como o nome sugere, destinam-se a obter lucros do investimento e desta forma remunerar o capital investido.

⇒ **Quanto à dimensão:**

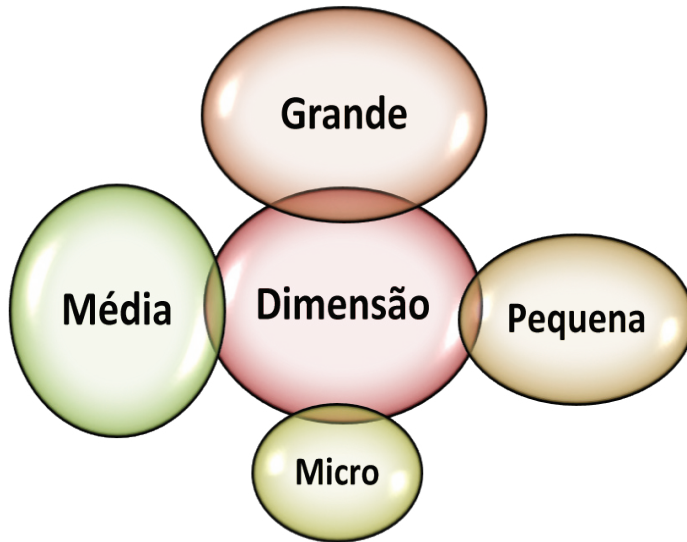


Figura n.º 5 – Classificação das entidades em função da sua dimensão

A classificação quanto à dimensão das empresas é particularmente elástica pois depende do ponto de vista em que está a ser analisado, como se pode inferir pelo quadro abaixo:

Perspetiva	Económica ²	Laboral ³	Contabilística ⁴
Classificação	Microempresa	Microempresa	Microempresa
Indicadores			
Balanço	≤ 2 milhões €		≤ 500.000 €
Rendimentos ⁵	----		----
Volume de negócios ⁶	≤ 2 milhões €		≤ 500.000 €
N.º médio trabalhadores	≤ 10	< 10	≤ 5
	Pequena empresa	Pequena empresa	Pequena entidade
Balanço	> 2 e ≤ 10 milhões de €		> 500.000 e ≤ 1.500.000 €
Rendimentos	----		> 500.000 e ≤ 3.000.000 €
Volume de negócios	> 2 e ≤ 10 milhões de €		----
N.º médio trabalhadores	> 10 e ≤ 50	≥ 10 e < 50	≤ 50
	Média empresa	Média empresa	Restantes entidades
Balanço	> 10 e ≤ 43 milhões de €		> 1.500.000 €
Rendimentos	----		> 3.000.000 €
Volume de negócios	> 10 e ≤ 50 milhões de €		----
N.º médio trabalhadores	> 50 e ≤ 250	≥ 50 e < 250	> 50
		Grande empresa	
N.º médio trabalhadores		≥ 250	

Quadro n.º 1 – Classificações da dimensão das entidades

2 - Decreto-Lei n.º 372/07, de 6 de novembro, que estabelece a certificação por via eletrónica para as Pequenas e Médias Empresas.

3 - Definido no Código de Trabalho.

4 - Decreto-Lei n.º 158/09 de 13/7, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro.

5 - Inclui a totalidade dos rendimentos obtidos, incluindo os das vendas e prestação de serviços, subsídios, juros e outros.

6 - Apenas inclui os rendimentos das vendas e prestação de serviços.

Todos estes referenciais são importantes, pois obrigam ou dispensam as entidades ao cumprimento de determinadas obrigações.

Obviamente que dada a temática em análise, o referencial sobre o qual vamos incidir o nosso livro é o contabilístico.

1.2 – A CONTABILIDADE

Independentemente do tipo de empresa, todas precisam de conhecer, prever e controlar.

Conhecer os resultados das operações que realizam, os bens detidos na atividade, as dívidas contraídas e prazos de liquidação, os créditos concedidos e prazos de cobrança, o dinheiro disponível para realizar pagamentos e toda a restante informação sobre a empresa e o seu contexto.

Prever com base no conhecimento do passado e presente, na avaliação das oportunidades e riscos e assim planificar futuros investimentos, fontes de financiamento, segmentos de negócio e outras decisões de natureza estratégica, ou seja que afetam o futuro da entidade.

Controlar no sentido de medir os resultados das atividades desenvolvidas, designadamente do processo produtivo, das fontes de financiamento, dos recursos humanos e materiais e da organização desses meios para que apoiados na informação se possam introduzir as correções consideradas adequadas para uma maior eficiência e eficácia da gestão desses recursos.

Para que as empresas possam planear e controlar necessitam de informação pelo que a contabilidade é um instrumento indispensável, na medida em que:

A contabilidade é uma ciência de natureza económica que tem por objeto produzir informação, para possibilitar o conhecimento do passado, presente e futuro da realidade económica em termos quantitativos e qualitativos a todos os seus níveis organizativos, mediante a utilização de um método específico apoiado em bases suficientemente testadas, com o fim de facilitar a adoção das decisões financeiras externas e as de planificação e controlo internas. (Cañibano Calvo, referido por Guimarães, 2000: 59).

É neste contexto, para obtenção da informação necessária, que as empresas implementam sistemas contabilísticos diferenciados mas complementares, que pretendem responder a problemas específicos.

Estes sistemas podem comportar diferentes aplicações contabilísticas, designadamente no âmbito da contabilidade:

- Financeira;
- Gestão;
- Orçamental.

Cada um destes subsistemas contabilísticos tem objetivos próprios e fornece informação distinta.

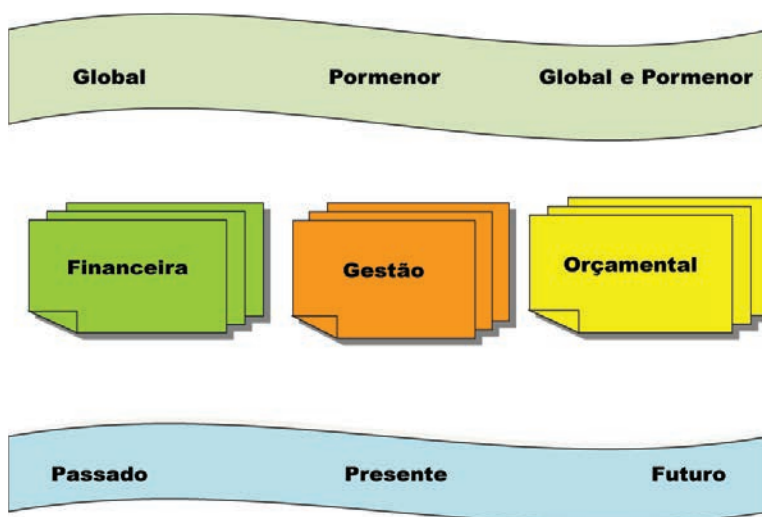


Figura n.º 6 – Subsistemas contabilísticos

A **contabilidade financeira** fornece informação geral, sobre a empresa no seu todo e corresponde sobretudo a informação histórica (sobre o que foi realizado). A informação financeira divulgada publicamente pelas entidades tem origem fundamentalmente neste subsistema.

A **contabilidade de gestão** (também denominada por analítica ou de custos) fornece informação sobre os processos internos o que permite conhecer nomeadamente os resultados por produtos e departamentos. Desta forma obtêm-se um controlo mais pormenorizado sobre a atividade da empresa.

A **contabilidade orçamental, ou previsional**, disponibiliza informação prospetiva ou referente ao futuro, fundamentada em planos de atividade, em pla-

nos de investimentos e previsões de tesouraria (com base nos compromissos de pagamento assumidos ou esperados dos investimentos a realizar ou em curso e dos recebimentos esperados dos nossos devedores ou de fontes de financiamento contratadas ou a contratar). Permite de uma forma atempada reunir os recursos necessários para as ações planeadas.

Em termos de **exigências legais apenas a contabilidade financeira é requerida** para um número alargado de entidades, onde se incluem designadamente:

- a) Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;
- b) Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial;
- c) Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- d) Empresas públicas;
- e) Cooperativas;
- f) Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

Para os empresários que exerçam a título individual qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola, e que não realizem em média nos últimos três anos um volume de negócios superior a 150.000 euros, existe a dispensa dessa obrigação.

Também é exigida para o setor administrativo do Estado sujeito ao Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP).

A contabilidade orçamental é exigida aos organismos do setor público administrativo, no âmbito do controlo a que os diversos organismos estatais estão sujeitos na aplicação das verbas que lhe estão atribuídas nos respetivos orçamentos.

A contabilidade de gestão (ainda por vezes denominada analítica ou de custos), em regra, é utilizada de forma voluntária. No setor público administrativo ela é exigida nalgumas serviços, designadamente o da Educação e Saúde.

1.3 - REFERENCIAIS CONTABILÍSTICOS

Nem todas as entidades estão sujeitas ao mesmo tipo de exigências contabilísticas, podendo-se considerar três grandes grupos com especificidades próprias – o setor empresarial, o setor não lucrativo e o setor público administrativo (os setores público empresarial e o corporativo estão incluídos no primeiro grupo).

Os referenciais contabilísticos aplicáveis a cada tipo de entidade estão definidos em diversos instrumentos jurídicos (Decretos-lei, Portarias, Avisos). No entanto, por simplificação de linguagem, é usual referir o regime contabilístico pela designação da norma, como exemplo Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) ou Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL).

Esquemáticamente podem ser traduzidos na seguinte figura os diversos referenciais contabilísticos onde cada entidade poderá enquadrar-se:

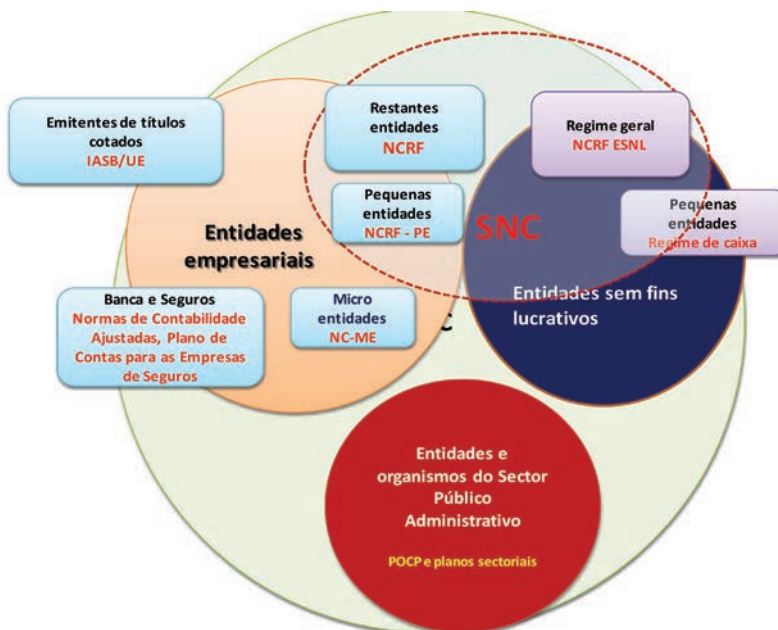


Figura n.º 7 – Setores, dimensão e referencial contabilístico

Como podemos observar da figura acima existem especificidades sectoriais que são atendidas no processo de normalização contabilística.

O setor financeiro e segurador atende a normas dos organismos de tutela, respetivamente o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Seguros.

Para o setor não lucrativo ou social foi emitida uma Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), que

inclui um regime contabilístico simplificado para as pequenas entidades (rendimentos iguais ou inferiores a 150.000 €).

Este regime destina-se a um conjunto de entidades designadamente:

- Instituições particulares solidariedade social,
- Associações desportivas,
- Associações mutualistas,
- Outras entidades sem fins lucrativos.

Já o setor público administrativo utiliza POCP adaptados às diversas áreas – Saúde, Educação, Autarquias Locais e Segurança Social. Também nestes planos de contabilidade existe a possibilidade de modelos simplificados, atendendo à dimensão dos organismos a que se destinam.

No setor empresarial distinguem-se as empresas com títulos à negociação no mercado de capitais, que se sujeitam à disciplina da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Atualmente essas empresas utilizam as normas internacionais adotadas pela União Europeia (designado por referencial IASB/UE ⁷).

Para o restante setor empresarial aplica-se o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O SNC, como veremos adiante mais detalhadamente, é composto por um conjunto de instrumentos contabilísticos nomeadamente as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que designaremos como **regime geral** e a NCRF – PE, que designaremos como regime das **pequenas entidades**.

As microentidades têm um normativo contabilístico autónomo, composto também por vários instrumentos jurídicos, do qual destacamos a Norma Contabilística – Microentidades (NC – ME).

7 - O referencial contabilístico IASB/UE corresponde às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB e que foram adotadas pela União Europeia. As normas em vigor são as que se encontram consubstanciadas nos regulamentos comunitários.

Relato

Financeiro

O presente livro apresenta de uma forma acessível e pragmática as noções indispensáveis à interpretação e análise da informação contida nas demonstrações financeiras (Balanço, Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa) apresentadas pelas entidades para prestação de contas.

Dado o âmbito do livro, o seu objectivo e a metodologia utilizada entendemos que é útil a um conjunto heterogéneo de públicos, nomeadamente, empresários, gestores, professores, estudantes e outros profissionais que, directa ou indirectamente, estão ligados à actividade empresarial.

Esta obra está estruturada em três capítulos e um caso prático:

- No primeiro capítulo é feito o enquadramento contabilístico das entidades e apresentados os conceitos gerais pertinentes à compreensão da informação financeira.
- No segundo capítulo apresenta-se de uma forma exemplificada o conteúdo das diferentes rubricas constante nas principais demonstrações financeiras.
- No terceiro capítulo são apresentados conceitos úteis à análise económica e financeira das entidades.
- O caso prático exemplifica a elaboração das demonstrações financeiras e a análise económica e financeira de uma empresa.

Todos os capítulos incluem múltiplas figuras, quadros e exemplos de forma a tornar mais compreensíveis os diferentes temas.

